

Jornal do CRP-06

ano 4/número 23

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

maio de 1984

Equipes multidisciplinares de Saúde Mental Processo Seletivo é primeira conquista

No dia 18 de maio último foi encerrado o prazo para inscrição no processo seletivo promovido pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para a contratação, pelo regime da CLT, de 68 psicólogos para os Centros de Saúde localizados na área da Grande São Paulo. Embora não possa ser negada esta conquista, para o CRP-06 o processo seletivo foi apenas uma vitória parcial, pois o que se esperava era que os 91 cargos do Projeto de Saúde Mental fossem preenchidos

de uma só vez com a abertura do concurso público a e criação do cargo de Psicólogo no Estado.

Desde junho de 1983, o CRP-06 tem acompanhado o projeto da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo, no sentido da ampliação das equipes multiprofissionais nos ambulatórios de Saúde Mental, assim como a criação de equipes constituídas por psiquiatra, psicólogo e assistente social nos Centros de Saúde.

Juntando suas forças

com as do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, CRAS, Apaosp e profissionais da área, foi constituída uma comissão que se propôs a mobilizar a categoria, no sentido de reivindicar junto ao poder público a aprovação do projeto. Além de uma série de audiências com autoridades ligadas ao assunto, foi realizado um debate na Assembléia Legislativa do Estado, com a presença do dr. Marcos Ferraz, Coordenador de Saúde Mental; Geraldo Alkmin, presidente da Co-

missão de Saúde da Assembléia Legislativa; Luiza Erondina, presidente da Comissão de Saúde da Câmara; Jorge Kaiano, presidente da Associação dos Médicos Sanitaristas, entre outros convidados.

A partir da crise ocorrida no hospital de Franco da Rocha, houve maior sensibilidade do Governo em relação ao problema de atendimento em Saúde Mental no Estado e reforçada a proposta da Coordenadoria de Saúde Mental, apoiada por inúmeras entidades de profissio-

nais da área, de que a solução do problema incluísse obrigatoriamente a implantação do atendimento ambulatorial, prevenindo a internação, muitas vezes discutível, dos pacientes em hospitais psiquiátricos.

Como resultado das pressões exercidas, pode ser aproveitada verba do PAIS (INAMPS) para a contratação de psicólogos e assistentes sociais para os Centros de Saúde da Grande São Paulo e para onze novos ambulatórios que serão criados. Para a

categoria de psicólogos, representou 68 vagas.

O Interior ainda não está sendo atendido, pendente da liberação de verba para esta finalidade, e o salário proposto (de Cr\$ 251.990,00 para 8 horas diárias de trabalho) está muito aquém de um salário digno para a categoria e não condiz com as exigências estabelecidas para o concurso. Por isso, o CRP-06 considera que a luta deve continuar, mostrando a necessidade do trabalho do psicólogo e reivindicando seus direitos.

Revisão do Código de Ética: convite à participação

O CRP-06 está colocando à disposição de todos os psicólogos interessados, as atas, relatórios e propostas apresentadas nas três reuniões já realizadas para a discussão do novo Código de Ética Profissional e convida para o quarto encontro, em 12 de junho próximo, às 20 horas, na sede do Conselho.

Em duas amplas reuniões, com a presença significativa de psicólogos interessados, e ainda em um terceiro encontro, envolvendo a Comissão de Ética e os integrantes de comissão

formada por voluntários, discutiram-se os procedimentos a serem adotados para a realização de uma discussão profunda e objetiva do Código de Ética da categoria, inclusive a estratégia a ser adotada para a análise dos temas propostos pelo Conselho Federal de Psicologia e outros que surgirem no decorrer dos debates. A presença e a participação dos psicólogos, engajando-se decididamente nesta discussão, é imprescindível para a obtenção de um Código que reflita as necessidades e os anseios da categoria, no momento atual.

Encontro de psicólogos da Secretaria da Saúde do Estado

Convocamos todos os psicólogos, funcionários da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para esse encontro no dia 4 de junho próximo (segunda-feira), das 8 às 16 horas, no anfiteatro do Ambulatório de Saúde Mental - Centro (rua Itapeva). Nesse encontro serão discutidas e encaminhadas propostas finais do plano de carreira do psicólogo na Equipe Multiprofissional de Saúde.

Comissão de Psicólogos da Secretaria da Saúde, com apoio do CRP-06 e Sindicato dos Psicólogos

CONVOCAÇÃO

REVOGAÇÃO DA LEI 6.994

Três projetos no Congresso Nacional

Através de ofícios encaminhados aos presidentes e líderes de bancada da Câmara Federal e Senado e ao presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal, o CRP-06 manifestou-se a favor da aprovação do Projeto de Lei 183/83, de autoria do senador Gastão Müller, que corrige distorções introduzidas pela Lei 6.994 em relação à autonomia administrativa dos Conselhos profissionais.

No mesmo ofício, foi manifestada a preocupação existente em relação à Emenda 1-CCJ (substitutiva) que ainda mantém restrições à autonomia dessas entidades. Esta emenda, a pretexto dos problemas que surgiram com aquisição de móveis e imóveis, acrescenta que

“por despesas diretamente relacionadas com a fiscalização profissional, são compreendidas também de patrimônio e serviços prestados”.

A última informação disponível, no fechamento desta edição do “Jornal do CRP-06” era a de que já havia passado pela Comissão de Legislação Social do Senado e, quando enviado para a Comissão de Finanças da Câmara Federal, foi anexado a outro projeto no mesmo sentido (PL 3683/83), por sugestão do deputado paranaense Renato Johnson. Ainda não se conhece o teor deste outro projeto.

São vários os projetos que alteram a lei 6.994, que estão tramitando no Congresso Nacional. Além do projeto do Se-

nador Gastão Müller, existe ainda o do deputado Siegfried Heuser (PL 1529A/83), que revoga os artigos 3.º e 4.º daquela lei (o projeto do senador Gastão Müller revoga apenas o artigo 3.º) e do deputado Manoel Ribeiro (PL 1217/83), que revoga toda a Lei 6.994 e altera o ordenamento jurídico das entidades transformando-as em autarquias federais em instituições do tipo “Ordem dos Advogados do Brasil”. Este projeto encontra-se atualmente na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados, com o deputado Amaral Netto como relator. O projeto do deputado Manoel Ribeiro também se encontra nessa Comissão, aguardando distribuição.

EDITORIAL

O Detran e o CRP

Muitas questões têm sido levantadas pelos psicólogos a respeito das relações entre Detran e CRP. Sem entrar neste momento em considerações específicas, algumas preliminares devem ser colocadas.

Os exames psicotécnicos realizados como exigência para emissão da Carteira de Habilitação são de responsabilidade do Detran. Como o uso de técnicas psicométricas é restrito ao profissional de Psicologia, o uso dessas técnicas está sujeito à fiscalização do CRP e nisso se incluem os exames chamados psicotécnicos realizados pelo Detran ou por entidades por ele credenciadas.

Cabe ao Detran estabelecer parâmetros administrativos para as entidades credenciadas. Cabe a ele também estabelecer parâmetros técnicos desde que não conflitantes com os parâmetros mais amplos estabelecidos pelo CFP e CRP. O Detran os estabelece como responsável que é pela emissão das Carteiras de Habilitação.

Como em todas as demais áreas de atuação profissional, o CRP deve ser um ponto de convergência para os profissionais que atuam em psicotécnicos. Tendo a responsabilidade formal pela normatização de um serviço pelo qual responde, certamente o Detran será sempre sensível às manifesta-

ções do CRP, mesmo em relação às questões administrativas, que afetem o bom resultado desse serviço.

Além de catalisador do pensamento dos profissionais da área e defesa de seus interesses junto aos órgãos públicos e privados, cabe também ao CRP a tarefa, às vezes dura, de fiscalizar o exercício profissional, cuidando do bom nome de nossa categoria. É aqui que é preciso dizer que um grande número de processos éticos e disciplinares julgados neste conselho tem origem na atuação de profissionais em psicotécnicos. Neste papel fiscalizador, o CRP deve trabalhar pelo cumprimento da legislação federal relacionada aos psicólogos, do Código de Ética e das resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional. Neste sentido, o Detran tem-se mostrado até hoje atento aos contatos como CRP, emitindo uma normatização técnica não conflitante com a já existente.

A atual Plenária do CRP tem consciência de grandes dificuldades financeiras, administrativas, técnicas e mesmo éticas que atravessa o segmento da categoria que atua nessa área. Temos a consciência de que essas dificuldades acabam por se refletir nos serviços prestados e, conseqüentemente, nos objetivos almejados

de colaborar na preservação da qualidade do trânsito. As soluções para os casos específicos não têm resistido ao debate das questões mais amplas e nossos esforços também acabam por esbarrar nas dificuldades internas do Detran para normatizar, administrar e fiscalizar um serviço dessa envergadura.

Os documentos demonstram que esses problemas têm a través-

sado sucessivas gestões do CRP. O desafio continua e não podemos pensar em soluções simplistas e a curto prazo. Devemos, isto sim, voltar nossa atenção para o serviço que podemos prestar à população, com nossas técnicas e, a partir daí, estabelecer a estratégia para uma ação a longo prazo, que garanta um serviço remunerado decentemente e executado dentro de limites técnicos e administrativos aceitáveis.

CRP-06 e Sindicato criam Comissão para discutir Magistério do 2º Grau

No dia 11 de maio, conforme artigo do "Jornal do CRP-06" de abril último, ocorreu uma reunião, convocada pela Comissão de Ensino do Conselho Regional de Psicologia, em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, para discutir o ensino de Psicologia no segundo grau. Desta reunião resultou uma comissão de aproximadamente 15 pessoas, que se encarregará de participar dos debates preliminares e da organização propriamente dita do Encontro Estadual de Professores de Psicologia, Sociologia e Filosofia, promovido pela APEOESP, represen-

tadas como componentes da área Fundamentos da Educação, legalmente atribuídas a profissionais com licenciatura em Pedagogia. Entre essas disciplinas destacam-se: Psicologia apoiada à Educação, Psicologia do Desenvolvimento do Pré-Escolar, Psicologia do Desenvolvimento da Criança, Problemas de Aprendizagem, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação. O Encontro Estadual será realizado em meados de junho e sua finalidade será a elaboração de teses a serem levadas às autoridades educacionais do Estado de São Paulo, com a finalidade de se evitar as arbitra-

Com o patrocínio conjunto do Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região, e do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, através da Comissão Mista de Instituições, será realizado debate sobre experiências efetuadas na França com

menores de rua.

Todos os profissionais de Psicologia estão convidados a comparecer no próximo dia 29 de maio, às 20 horas, na sede do Sindicato (Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 2.º andar, em São Paulo).

Experiência francesa com menor de rua será tema de debate

PALAVRA ABERTA

Ao receber o "Jornal do CRP-06", tomamos conhecimento da abordagem terapêutica "Rolfing". Assim, gostaríamos de saber se, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, existem profissionais que desenvolvem esta técnica e, se possível, que vocês nos remetessem seus endereços. *Cleuser M. Campos Osse - Clínica Psicológica de Jales (Jales, SP).*

O CRP-06 tem adotado como norma o não-fornecimento de listagens, relações ou informações sobre os profissionais nele inscritos, em resposta às solicita-

ções de empresas, entidades ou mesmo outros profissionais. Além de preservar a privacidade do psicólogo, esta medida evita a criação de favorecimentos ou privilégios indesejáveis, gerados pela eventual entrega de relações incompletas, falhas ou desatualizadas.

As únicas exceções, facilmente explicáveis, ficam por conta das entidades oficiais ligadas à própria categoria, como CFP, outros CRPs, Sindicato ou Associações, que recebem a listagem dos inscritos, mediante ressarcimento

de custos de emissão, para expedição de suas publicações ou documentos. Mesmo assim, estes casos são analisados e autorizados previamente pelo CRP-06.

O caminho adotado há vários anos, e que se tem mostrado eficiente, é o de publicar a solicitação no "Jornal do CRP-06", para que o profissional interessado se manifeste livremente. É este o caso. Os psicólogos que trabalham com o método Rolfing devem contatar a psicóloga Cleuser M. Campos Osse, diretamente, através do seguinte endereço: Rua

11, n.º 2.557 - Jales (CEP 15.700).

O Sindicato dos Psicólogos vem, através desta, desculpar-se junto aos colegas pela matéria publicada no nosso último jornal, acerca do debate de Saúde Mental, onde não consta o CRP-06 como uma das entidades promotoras. Para corrigir nossa falha estaremos publicando no próximo número do "Jornal do Psicólogo" uma retificação da matéria. *Ana Maria B. Bock - Presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.*

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilrê Pêrola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Soller Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elizabeth Delloi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bühler Letif, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Sílvia Leite da Silva, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123, conj. 11 (Conjunto Marechal) - **Bauru:** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8.º andar, conj. 808 - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212, 2.º andar, sala 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. **Comissão de Divulgação:** Sueli Duarte Pacífico e Maria Rosa Cavazzani. **Editor:** Elisiário E. do Couto (MTb 8.226). **Redação:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. **Composição, fotolitos e impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A. **Tiragem:** 17.000 exemplares.

Em Campinas, comissões já estão atuando

Um objetivo comum às comissões criadas na Delegacia do CRP-06 em Campinas é o do cadastramento dos psicólogos da região, em função de sua atuação profissional e de seus interesses. Este cadastramento é fundamental para que as Comissões possam atuar de modo mais significativo, pois a falta de centralização dos psicólogos com interesses e atuações pro-

fissionais afins tem tornado extremamente difícil uma atuação conjunta para refletir sobre as dificuldades da área, lutar por reivindicações comuns, formar um grupo coeso etc.

Os psicólogos da região de Campinas devem encaminhar à Delegacia seu nome e sua área de atuação e/ou interesse profissional, com urgência, para que cada Comissão tenha

condições de entrar em contato com os profissionais.

O que fazem as comissões?

A Comissão de Psicologia Social tem se reunido quinzenalmente, na sede da Delegacia do CRP-06, para discutir o papel do psicólogo social e o que pode fazer, à nível legal, para definir seu espaço na Psicologia. Os interessados devem contatar a Delegacia para se informar dos dias e horários das reuniões, inteiramente abertas.

A Comissão de Deficiências também tem

realizado reuniões periódicas para tratar da problemática do deficiente (mental, auditivo, visual e físico) na sociedade e na área específica de trabalho do psicólogo. Um trabalho sobre o tema "Reabilitação do Deficiente Visual" está sendo preparado para apresentação no VI Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, a se realizar em Campinas, de 5 a 8 de setembro próximo. Como todas as demais Comissões, esta também está aberta a participação de toda a categoria.

A Comissão de Psico-

logia Escolar foi formada tendo como um de seus objetivos a estruturação de um levantamento de dados acerca dos profissionais da área na região de Campinas. Para isso já encaminhou correspondência às instituições educativas particulares, municipais e estaduais explicando este objetivo e pedindo a colabora-

ção para o fornecimento de informações.

A Delegacia do CRP-06 em Campinas, está localizada na Av. Dr. Moraes Sales, 1.212, 2.º andar, sala 22, com expediente de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas. Neste horário, os contatos também podem ser feitos através do telefone (0192) 32-5397.

Novo MVR altera

valores cobrados pelo CRP

A fixação, pelo Governo Federal, do novo valor do MVR (Maior Valor de Referência) para Cr\$ 48.751,00, a vigorar no período de 1.º de maio até 31 de outubro deste ano, alteraram os valores das anuidades, inscrições e taxas cobradas pelo CRP-06 e por todas as demais entidades que têm como parâmetro aquele índice. Até 30 de abril, esse valor era de Cr\$ 28.294,00. Continuam inalterados os percentuais fixados: a anuidade, por exemplo, continua sendo de 1,26 MVR, conforme estabelecido na última Assembléia

Geral.

No caso específico da anuidade, o psicólogo deverá recolher proporcionalmente aos meses do ano que ainda restam. Isto significa que aqueles que se inscreverem em maio pagarão apenas oito meses de contribuição (8/12 avos); os que se inscreverem em junho, sete meses (7/12 avos) e assim sucessivamente.

Os novos valores são os seguintes e têm validade até 31 de outubro próximo, quando será fixado (pelo Governo Federal) o novo valor do MVR:

Anuidade (inscrições em maio)	Cr\$	40.950,00	
(inscrições em junho)	Cr\$	35.831,00	
Taxa de inscrição	Cr\$	24.375,00	(0.5)
Expedição de identidade profissional	Cr\$	14.625,00	(0.3)
Expedição de segunda via de identidade profissional	Cr\$	24.375,00	(0.5)
Certidões	Cr\$	14.625,00	(0.3)

Estes valores referem-se a Pessoa Física. Para pessoas jurídicas, o va-

lor de inscrição é estabelecido de acordo com o capital social:

Até 500 MVR	Cr\$	97.502,00	(2.0)
De 500 a 2500 MVR	Cr\$	146.253,00	(3.0)
De 2550 a 5000 MVR	Cr\$	195.004,00	(4.0)
De 5000 a 25000 MVR	Cr\$	243.755,00	(5.0)
De 25000 a 50000 MVR	Cr\$	292.506,00	(6.0)
De 50000 a 100000 MVR	Cr\$	390.008,00	(8.0)
Acima de 100000 MVR	Cr\$	487.510,00	(10.0)

Estes valores não têm nenhuma ligação com o atraso no pagamento de anuidades, que sofrem

multas, juros e correção monetária, de acordo com a variação das ORTNs.

Atualize seu endereço

Com a adoção do sistema de "devolução garantida" na expedição deste jornal, o CRP-06 verificou a extensão dos inscritos que deixam de informar seus novos endereços e com isso perdem o contato com a entidade. Em uma das próximas edições, o "Jornal do CRP-06" publicará uma relação atualizada dos contatos perdidos.

Nunca deixe de atualizar os seus dados junto ao CRP-06. Se preferir, recorte a ficha desta página ou transcreva seus dados em um papel à parte e envie-o ao CRP.

NOME

INSCRIÇÃO NO CRP-06

INFORMAÇÕES A SEREM ATUALIZADAS

(marque com um x):

() ENDEREÇO RESIDENCIAL

() ENDEREÇO COMERCIAL

RUA OU AVENIDA:

NÚMERO:

COMPLEMENTO (ANDAR, SALA ETC.):

BAIRRO:

CIDADE:

CEP: ESTADO:

Indústria do Vale do Paraíba quer convênio com clínica

Uma indústria localizada no Vale do Paraíba quer manter convênio com clínicas que estejam instrumentadas para executar Seleção de Pessoal. Os psicólogos interessados deverão encaminhar correspondência ou entrar em contato pessoalmente com a Delegacia do CRP-06 em Lorena (Rua Nossa Senhora da Piedade, 185, sala 9 - Galeria do Hotel Colonial) - CEP 12.660, fornecendo as informações necessárias.

Anote...

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL - A Universidade de Moji das Cruzes está oferecendo este curso para graduados em áreas ligadas à Educação (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais etc.), com início em agosto e duração de três semestres. Oficializado a nível de pós-graduação "latu sensu", inclui sete disciplinas: Política Educacional e Papel do Educador, Princípios de Aprendizagem, Teorias da Educação, Planejamento de Ensino, Prontidão e Alfabetização, Planejamento de Currículo e Problemas de Aprendizagem. As inscrições devem ser feitas, até julho, no "campus" da Universidade de Moji das Cruzes. O número de vagas é limitado. Maiores informações podem ser solicitadas através do telefone (011) 469-5333, ramal 176.

SIMPÓSIO DE PSICOFARMACOTERAPIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Encontra-se aberto o prazo de inscrições para apresentação de temas livres a este Simpósio, a se realizar em Campinas, de 1.º a 4 de novembro deste ano. Igualmente as inscrições para participação estão abertas, ao custo de 12 mil (estudantes), 18 mil (residentes e pós-graduandos) e 30 mil cruzeiros (profissionais), se realizadas até 15 de setembro próximo. As taxas sofrem acréscimos para inscrições efetuadas até 25 de outubro e no local da reunião. Maiores informações: rua Barão de Jaguara, 1.481 - 11.º andar, conj. 113, CEP 13.100 Campinas ou ainda pelo telefone (0192) 32-2756. Em notícia publicada na última edição, o DDD de Campinas saiu grafado incorretamente.

RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA CLÍNICA EM ITAPIRA - O Instituto de Neuropsiquiatria da Fun-

dação Espírita "Américo Bairral", de Itapira, abriu residência em Psicologia Clínica em todos os setores do hospital. Ele se destina a psicólogos formados em escolas de graduação oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal e os residentes que cumprirem as exigências do programa receberão certificado de conclusão, emitido por supervisor credenciado pelo CRP. A residência se constitui de curso teórico-prático, com duração de 11 meses em período integral, sendo a inscrição e seleção dos candidatos no mês de janeiro do próximo ano. Além de ajuda de custo, o hospital oferece moradia, alimentação, lavanderia, consultas médicas no hospital, folgas semanais, acesso à biblioteca e alas dos setores. Maiores informações e o Regulamento Geral podem ser obtidos no Instituto Bairral de Psiquiatria, na rua dr. Hortêncio Pereira da Silva, -313 - Itapira (CEP 13.970).

IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICODRAMA - Com o patrocínio da Federação Brasileira de Psicodrama, o IV Congresso será realizado em Aguas de Lindóia, no Centro de Convenções do Hotel Majestic, de 13 a 16 de junho próximo. O tema do IV Congresso ainda está sendo definido. Já foram sugeridos: "Processamento", "Caracterização do Psicodrama" e "Psicodrama e Realidade Social", entre outros. De forma geral, a estrutura do Congresso prevê cursos e vivências no período da manhã; temas livres, grupos de discussão e mesas-redondas, no período da tarde e atividades sociais no período noturno. O transporte e a reserva da hotelaria (cem apartamentos do Hotel Majestic já foram bloqueados para os congressistas) estão a cargo da "Nascimento Turismo", que poderá ser contatada. Informações mais detalhadas devem ser obtidas na Secretaria do Congresso, rua Alvaro Muller, 99 - fones (0192) 31-1712 ou 8-3441, em Campinas (CEP 13.100).

Documento analisa Saúde Mental na Zona Leste paulistana

Durante o II Encontro de Saúde Mental da Zona Leste, noticiado na última edição deste jornal, foi apresentado e discutido um documento que caracteriza a situação da Saúde Mental naquela região da capital paulista, preparado por uma comissão formada por ocasião do I Encontro, realizado em novembro de 1983.

Neste documento, é apresentado um panorama geral da realidade da Zona Leste. Foram apresentados dados da população, habitação, condições sócio-econômicas, escolaridade, indicadores de saúde e saneamento e assinalada a correlação das condições de vida em geral com a questão da Saúde

Mental. Além disso, caracterizaram-se as instituições e serviços públicos de Educação e Saúde, instituições e serviços conveniados, instituições conveniadas que recebem subvenção para atendimento do deficiente mental e ainda os serviços alternativos, que de alguma forma realizam ações de Saúde Mental.

Em função desses dados, procedeu-se a uma análise da realidade da área, que incluiu os distritos de Paz de Penha, Canaíba, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaquera, Guaianazes e ainda São Mateus e Itaim Paulista.

Entre os principais pontos abordados estava a

precariedade das condições de vida da população, essencialmente jovem (1.115.666, de 0 a 24 anos, dos quase 2 milhões de habitantes) de risco favorável ao aparecimento e agravamento de distúrbios, doenças e questões sociais, que incluem a alta incidência de deficiência mental, alcoolismo, toxicomania, abandono, marginalidade, ignorância, mortalidade infantil, epilepsia e psicose.

Outro ponto abordado foi a carência de pessoal e instalações, a quem das reais possibilidades dos serviços de assistência à Saúde. Na área há 71 unidades básicas (Centros e Postos de Saúde), onde deveria haver no mínimo 100.

Existem 1.009 leitos em hospitais gerais, quando deveria haver no mínimo quatro mil.

A insuficiência do sistema educacional foi outro aspecto abordado. Existem apenas 235 escolas na área e apenas 34 destas oferecem classes de 2.º grau. O grande contingente de jovens desiste da escola, principalmente nas duas primeiras séries do 1.º grau, com repetências consecutivas. A necessidade de complementação financeira da família, os currículos, normas e valores transmitidos alienados da realidade social do aluno podem ser apontados entre as causas dessa evasão.

O interesse do sistema econômico vigente pela conservação da existência de mão-de-obra barata favorece e estimula a evasão escolar. Além disso, a escola tem sido terreno fértil para o desencadeamento e agravamento de distúrbios psicológicos.

As instituições que "acolhem" crianças, adolescentes e idosos (orfanatos, asilos e "reformatórios") são, em sua maioria, simples depósitos, sem projetos educacionais, favorecendo sobremaneira a loucura e outros distúrbios de ordem afetiva e social.

A deficiência mental tem sido um problema de ninguém na Zona Leste. Não há, por parte do poder público, nenhum órgão que assuma integralmente essa responsabilidade. O problema fica a mercê da família e do próprio deficiente mental. Nos serviços públicos especializados em Saúde Mental, onde deveria haver no mínimo dez ambulatórios, existe apenas um; onde deveria haver, no mínimo, quarenta equipes formadas basicamente por psicólogo, psiquiatra e assistente social, existe apenas uma (e em onze locais, apenas o psicólogo).

Não há, na área leste da cidade, atendimento de emergência psiquiátrica, nem viaturas para remoção. Nenhum hospital geral da Zona Leste assume este trabalho. O número de profissionais é desanimador: a nível público, são dez psiquiatras, dezenove psicólogos, nove assistentes sociais, três fonoaudió-

logos e um neurologista.

Não há integração de serviços e, portanto, não existe complementação de ações desenvolvidas. Todos fazem praticamente a mesma coisa e nenhum tem capacidade de solução satisfatória. A demanda não absorvida fica de um lado para outro em busca de uma vaga quase sempre ilusória.

A demanda de serviços é essencialmente adulta (com diagnósticos mais frequentes de neuroses, psicose e epilepsia) e infantil (com distúrbios de aprendizagem e de comportamento). O alcoolismo tem sido tratado pela comunidade, principalmente pelos grupos de Alcoólicos Anônimos. O atendimento psiquiátrico dos serviços públicos e conveniados é essencialmente medicamentoso e a incidência de psicose e toxicomanias tem aumentado significativamente.

Existe negligência por parte da administração pública, quanto à Saúde Mental da população e falta incentivo para reciclagem dos profissionais, visando à melhoria das ações de saúde e adequação técnica às reais necessidades da população. Os salários são insuficientes e ocorrem discriminações arbitrárias de vencimentos de profissionais de mesma referência.

Entre as propostas colocadas no II Encontro, destacam-se as seguintes:

- implementação urgente de 40 equipes de Saúde Mental em unidades básicas de Saúde, localizadas prioritariamente nas áreas mais periféricas da Zona Leste e melhoria na qualidade de atendimento dos serviços;

- implementação de, no mínimo, um ambulatório de Saúde Mental por distrito, incluindo fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e neurologistas na equipe;

- criação e implementação de equipes de Saúde Mental nos hospitais gerais públicos da região, para o atendimento, entre outros, de emergências psiquiátricas;

- reorganização e otimização dos recursos da Saúde Mental a nível de módulos de Saúde, incluindo os serviços e instituições das

Secretarias da Educação, Promoção Social, Família e Bem Estar Social e entidades particulares e conveniadas;

- definição de competências e responsabilidades pelas Secretarias de Saúde, Educação e Promoção Social, quanto ao destino dos deficientes mentais, com o estabelecimento de uma política de ação específica;

- contratação de psicólogos escolares e assistentes sociais para as escolas, para o desenvolvimento de um trabalho multiprofissional profilático de orientação e diagnóstico precoce;

- criação e ampliação dos serviços especializados de retaguarda para problemas e distúrbios escolares específicos, assumidos definitivamente e efetivamente pela Secretaria da Educação ou da Saúde;

- garantia de projetos educacionais com assessoria técnica e fiscalização por parte da Secretaria da Promoção Social às instituições por ela subvencionadas;

- acesso e participação da comunidade nas decisões e fiscalização relativas às ações e às instituições de Saúde Mental, através dos conselhos e grupos de Saúde;

- melhoria salarial e não discriminação salarial arbitrária de funcionários de mesma referência;

- democratização política, que restabeleça um sistema social e econômico mais justo, proporcionando condições de vida mais dignas à população.

Nas discussões após a apresentação do documento, sobressaíram os aspectos ligados à Educação e à deficiência mental. Foram aprovadas algumas medidas: o envio do relatório para as entidades participantes; a ampliação da comissão de organização de Encontros e de elaboração do documento e a realização de um novo Encontro, onde os profissionais das áreas das Secretarias da Educação, Promoção Social e Bem Estar Social deverão trazer propostas específicas a serem discutidas e integradas ao documento. Este novo encontro ainda terá sua data a ser marcada.

CRP analisa gestão e reestrutura comissões

Nos dias 5 e 6 de maio último - sábado e domingo - os conselheiros efetivos e suplentes do CRP-06 estiveram reunidos em plenária extraordinária, a fim de efetuarem um balanço das atividades realizadas durante os nove meses de gestão. O encontro pode contar também com a presença dos delegados do Interior do Estado de São Paulo e de Mato Grosso.

Além da possibilidade da troca de informações e maior integração de todo o grupo, teve por resultado imediato o remanejamento dos

membros de algumas das comissões de trabalho do CRP-06.

Também foram aprovadas na reunião algumas propostas de modificações na organização das plenárias e sua relação com as comissões, visando uma melhor operacionalização. Outras propostas foram encaminhadas às comissões para um estudo mais aprofundado de sua viabilidade, devendo retornar à plenária até o início do mês de junho, quando é previsto um novo encontro com os conselheiros do interior e de Mato Grosso.

Delegacia de Bauru luta por vagas na Secretaria da Educação

A necessidade urgente da abertura de concurso público para preenchimento de 25 cargos vagos de psicólogo na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a criação de novos cargos, é a ques-

tão que está sendo levantada por diversos grupos de profissionais, de diversas regiões do Estado. Na região de Bauru, para discutir esta questão, estão sendo marcadas duas reuniões. A primeira delas

ocorrerá no próximo dia 26 de maio, às 14 horas, na sede da Delegacia do CRP-06 (Rua Batista de Carvalho, 4/33, Edifício Comercial, 8.º andar) e a segunda, no dia 9 de junho, também às 14 horas e no mesmo local.